

COLUNA

CONTAS DE MISSANGA

Alessandra Gomes da Silva

Setembro azul e a representatividade surda – algumas histórias



Para as pessoas que convivem com a comunidade surda, setembro é um mês de festa e de luta em prol da afirmação da diferença surda. Agora, o que podemos aprender com a história esses sujeitos?

Quem são os surdos?

Inicialmente, ressaltamos que o modo como compreendemos a surdez irá determinar nosso olhar para esses indivíduos. Para Skliar (SKLIAR, 1998, p.10), tal questão nos obriga a pensar nos surdos também em

uma dimensão política. Assim, ao lidar com os diferentes discursos que permeiam o campo, o autor enfatiza que a dimensão política estará presente de modo explícito ou implícito. Já Gesser (2008) nos aponta ainda que a surdez é tanto uma construção cultural quanto um fenômeno físico. Pensamos, assim, nos surdos como um grupo social com características específicas, para além de uma concepção patológica acerca da condição desses sujeitos. De acordo com o site “O direito de ouvir¹”, podemos considerar a surdez em diferentes aspectos: médico, social e cultural. Na questão médica, tendo como base orientações da Organização Mundial da Saúde, é considerado deficiente auditivo quando “há diminuição da capacidade de ouvir, o que pode ser leve a grave”. Os deficientes auditivos, sobretudo, aqueles que tiveram perda depois da aquisição da linguagem, se comunicam pela linguagem oral e fazem uso de aparelhos auditivos ou mesmo do implante coclear. Já os surdos possuem perda grave ou severa da audição de ambos os ouvidos e se comunicam, em sua maioria, pela

¹Disponível em: <https://www.direitodeouvir.com.br/blog/surdo-deficiente-auditivo-diferenca>. Acessado em: 27/07/2020.

língua de sinais. Também podem fazer uso ou não de tecnologias assistivas, como o implante coclear. Por conseguinte, pensamos que, tanto o social como o cultural, diz respeito a forma como o sujeito se reconhece e se comunica com os outros. Se ele ficou surdo antes ou depois de aprender uma língua oral, se ele faz uso da língua de sinais, da oralização ou de ambas.

E esses entraves ocorreram de várias formas.

Portanto, surdo não é a mesma coisa que deficiente auditivo. O mesmo vale para o termo “mudo”, já que, do ponto de vista físico, os surdos podem oralizar ou “falar” em língua de sinais.

Qual a importância da língua de sinais?

No tocante à língua de sinais, podemos dizer que durante muito tempo a forma de comunicação utilizada pelos surdos foi denominada mímica ou gestos, caracterizada apenas como um tipo de pantomima. Tal meio de comunicação era considerado importante para garantir uma interação com o indivíduo surdo, mas era tido somente como uma etapa necessária para a aquisição da língua oral, ou uma forma alternativa para o contato com tais indivíduos quando o aprendizado da língua oral não fosse possível.

Foi, a partir dos trabalhos de Stokoe (1919-2000), nos Estados Unidos, a partir da década de 60, que se reconheceu que ‘tal mímica’ representava uma língua. Desse modo, deu-se início a uma grande empreitada que visava comprovar o estatuto linguístico da língua de sinais e constatar que ela não correspondia a uma ‘versão deficitária das línguas orais’. Antes, equivalia a um sistema próprio de comunicação que também apresentava as mesmas características das demais línguas, apesar de modificar drasticamente o canal utilizado, já que seria uma língua gesto-visual.

Ao mesmo tempo em que houve uma progressiva e insistente caminhada rumo ao reconhecimento do ser surdo, não mais com um modelo previamente definido, seguindo um ‘ideal’ de normalidade, baseado em pessoas ouvintes. Começou-se uma busca pela legitimação de suas múltiplas formas de compreender o mundo. Sacks (1989) enfatiza uma série de movimentos surdos que emergiram nos anos 60 e 70, que configuraram outra forma de agir desses indivíduos, contrariando uma ideia de passividade e submissão. Tal aproximação entre os contextos históricos torna-se evidente no presente trecho do autor.

Havia o espírito dos anos 60, com sua preocupação especial pelos pobres, os incapacitados, as minorias – o movimento pelos direitos civis, o ativismo político, os diversos movimentos de “orgulho” e “libertação”; tudo isso estava em marcha na mesma

época em que a língua de sinais, com lentidão e resistência, era legitimada cientificamente (SACKS, 1989, p.162)



Começava-se a perceber um crescente senso de diversidade cultural ao invés da busca por uma norma fixa e seus desvios. Sendo assim, podemos reafirmar que a aceitação dos sinais como língua seguiu paralelamente a concretização das conquistas dos diversos direitos civis para os mais diferentes grupos sociais. No caso dos surdos, somente na década de 80 é que houve as primeiras legislações favoráveis à oficialização da língua de sinais, além disso, continuou-se na luta também pelos diferentes direitos, buscando um reconhecimento da plena cidadania por tais sujeitos. Um marco do movimento surdo americano foi o protesto dos estudantes em Gallaudet (uma das principais escolas de surdos dos Estados Unidos, onde os alunos podem cursar todo o equivalente à Educação Básica e o Ensino Superior), chamado *Deaf President Now* (reitor surdo já), em março de 1988. Cerca de 500 estudantes começaram um protesto pela eleição de um reitor surdo que soubesse a língua de sinais. Entre três opções possíveis, foi eleita a única candidata ouvinte. Para agravar a situação, foi declarado pelo corpo diretivo da universidade que “os surdos ainda não estavam preparados para atuar no mundo ouvinte” (SACKS, 1989, p.138/139). Após sete dias de intensos protestos, cerca de 2.500 pessoas, a reitora renunciou e um reitor surdo, King Jordan, foi, finalmente, eleito (SACKS, 1989).



Manifestantes durante o *Deaf President Now*, 1988.

Dito isso, não por acaso, acreditamos que, a partir da década de 60, ganham força grupos de artes formados por surdos, dentre os quais, podemos destacar aqueles surgidos nos Estados Unidos. Em 1967, por exemplo, foi fundado o grupo de Teatro Nacional dos Surdos (National Theater of the Deaf – NTD). Também nos Estados Unidos, houve ainda uma difusão de grupos de poesia surda em língua de sinais, dos quais, antes da década de 60, não havia registros. Nesse sentido, como o próprio Sacks (1989) enfatiza “o primeiro movimento derivado da obra de Stokoe não foi educacional, nem político, nem social, mas artístico” (SACKS, 1989, p.159). O autor narra que foi o Teatro Nacional dos Surdos, em 1973, que encomendou e encenou uma peça verdadeiramente em língua de sinais, abandonando o chamado inglês sinalizado que representava, na verdade, uma tentativa de transposição da língua inglesa para a língua de sinais americana. Tal transposição era frequentemente valorizada pelos próprios surdos que desconsideravam a importância da língua de sinais, utilizando-a somente em conversas entre si. Grande, portanto, foi o impacto desses sujeitos ao verem os sinais encenados, o que corroborou amplamente para uma mudança de consciência dos próprios surdos (SACKS, 1989, p.159). A língua utilizada marcou uma nova forma de o surdo se ver representado e também de se representar.



The National Theatre of the Deaf, 1972. Foto: Wikipedia.

Nesse contexto, a questão do teatro tornou-se importante uma vez que foi a primeira forma de legitimação dessa língua, causando grande impacto nas pessoas que tiveram contato com a obra. O teatro continua funcionando nos dias de hoje, abrigando produções em língua de sinais americana e conta com tradução para o inglês oral, além de também abarcar atores surdos e ouvinte, desde que sejam sinalizadores, ou seja, saibam a língua de sinais fluentemente. Uma questão interessante é que, de acordo com o próprio site, uma das características mais importantes do grupo ainda diz respeito à quebra de estereótipos. Isso acontece porque muitas pessoas ainda chegam lá com um olhar que relaciona a surdez a sentimentos de piedade ou culpa e que se admiram frente ao que pode ser mostrado via língua de sinais em suas peças. Nesse contexto, o campo artístico acaba por ser uma via capaz de modificar a percepção dessas pessoas acerca dos próprios surdos. Podemos ressaltar como diferentes obras artísticas colaboram para romper modelos únicos de representação social de um grupo. Ao mesmo tempo, tem-se uma possibilidade de demonstrar um uso criativo da língua de sinais, bem como um investimento em representações mais imaginativas acerca desses indivíduos.

E o setembro azul²?



Do ponto de vista cultural, pensamos que ainda não esclarecemos sobre a importância nem do mês de setembro, nem da cor azul. Passamos a esses pontos.

Como vimos, os surdos vêm travando uma verdadeira luta para o reconhecimento de sua plena cidadania, com uma legitimação do uso da língua de sinais. O mês de setembro possui uma série de datas que reconhece e valoriza essas conquistas.

23/09 – Dia Internacional das Línguas de Sinais – o dia foi escolhido por consenso em reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em 16 de novembro de 2017. Ressaltamos que o pedido foi encaminhado pela Federação Mundial dos Surdos (sigla em inglês - WDF) e obteve apoio dos 97 países membros. Destacamos ainda que a língua de sinais não é universal e cada país possui a sua. Há uma tentativa padronização de alguns sinais, mas não é uma língua em si, o que ficou conhecido como sinais internacionais.

26/09 – Dia Nacional do Surdo e aniversário do INES – a data foi criada em homenagem à fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos, primeira escola para surdos no Brasil e importante local para a circulação da língua de sinais, pela quantidade de surdos que o Instituto abrigou durante toda sua história.

² Para saber um pouco mais sobre essas datas, sugerimos o site: <http://blog.handtalk.me/setembro-azul-mes-dos-surdos/#:~:text=O%20m%C3%AAs%20de%20setembro%20%C3%A9,obtidas%20ao%20longo%20dos%20anos.&text=Por%20conta%20de%20tudo%20isso,pela%20comunidade%20como%20Setembro%20Azul>. Acessado em: 28/07/2020.



30/09 – Celebra o dia do Tradutor – profissional responsável pela transposição Libras/Língua portuguesa, proporcionando grande parte da acessibilidade para os surdos.

A cor azul significa o “orgulho surdo” e foi proposta pelo pesquisador doutor surdo Patty Ladd³, em uma Cerimônia Internacional, em 1999. A data marca uma ressignificação de um triste período de opressão vivido pelos surdos. Durante a Segunda Guerra Mundial, os nazistas costumavam colocar uma faixa azul no braço das pessoas com deficiência, incluindo os surdos, como uma forma de identificar o que eles consideravam como um traço de inferioridade. Ao utilizar a fita azul em forma de laço no peito durante um discurso de premiação, Ladd

³ Para saber mais sobre o pesquisador, indicamos o episódio do Manuário - <https://www.youtube.com/watch?v=TCAtQAU5pD0> . Acessado em 29/07/2020.

explica que seu uso se remete à transformação de uma marca (da surdez) que era vista como negativa para uma possibilidade de reconhecimento identitário e cultural de um grupo com uma outra forma de experienciar o mundo, por meio da língua de sinais. Hoje, a fita azul marca o movimento de luta e de orgulho surdo.

Um pouco do percurso brasileiro...



Trazendo a discussão para o nosso país, os grupos minoritários enfrentaram sérias resistências para tornarem-se sujeitos de direito. Houve ainda um longo processo de ditadura militar que dificultou a luta por diferentes direitos civis para esses grupos. Foi, então, somente com a chamada abertura política que tal fato, do ponto de vista da legislação, começa a se modificar. Foi com a Constituição de 1989, que transpareceu em seus artigos uma preocupação em legitimar, ao menos na legislação, uma igualdade de direitos e deveres entre os brasileiros. Em 2010, foram publicados pelo Governo Federal um livro e um DVD chamados '**História do movimento político das pessoas com deficiência**'. Formados a partir de fontes documentais e, principalmente, entrevistas a diferentes participantes dos movimentos

sociais dos chamados deficientes, a publicação conta a história da luta por direitos civis desse grupo e tem como marco o final dos anos 70, e sobretudo, a partir do processo de abertura política, realizado nos anos 80. O documento relata o percurso histórico na luta por deixar um regime de caridade em busca da conquista de sua autonomia, na mesma época em que outros grupos também enfrentavam os mesmos entraves. Tais indivíduos sofreram constantemente com um processo de apagamento de seus direitos, da saúde ao transporte, passando pela educação e cultura, se tratando, portanto, de uma tentativa de tornar nossa sociedade menos excludente.

O chamado 'movimento dos deficientes' reunia uma gama de movimentos diferenciados que possuíam características próprias, que exigiam demandas específicas, tornando muitas vezes inviável um processo de unificação política. Há ainda uma questão identitária dos movimentos que se concentravam em torno de mobilizações comuns a determinados grupos, que passaram a defender a criação de federações por diferentes tipos de 'deficiência'. Tal fato justifica a criação de federações nacionais, tais como a FENEIS (1987), a partir do final da década de 80, no Rio de Janeiro. Foi com a criação das associações que, inicialmente, formavam apenas espaços de convivência, mas paulatinamente

desencadearam uma mobilização política, no caso dos surdos, fortemente atrelada à valorização da língua de sinais⁴.

Um evento bastante marcante nessa discussão foi o Pré-Congresso do *v congresso latino americano de educação bilíngue para surdos*, realizado pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), em parceria com a FENEIS. Nele, foi proposto um documento chamado “**A educação que nós surdos queremos**”, que abordou questões como a importância da língua de sinais, de escolas e de classes para surdos com a utilização da língua de sinais e da própria formação do professor surdo.

O empenho da militância aliado aos resultados obtidos em pesquisas sobre as línguas de sinais dentro e fora do país foram decisivos para a oficialização da Libras em território nacional. Com isso, podemos perceber que, nos diferentes estados do Brasil, começam a surgir leis que favoreceram o reconhecimento da língua de sinais, sendo que a primeira legitimação ocorreu, em Minas Gerais, em 1991, pela Lei Estadual 10.379 (NOVAES, 2010). Outros estados seguem o mesmo percurso e começam a formular uma legislação que compreenda a importância dessa língua como língua oficial dos surdos, dentre os quais podemos elencar Goiás, Lei Estadual 12.081, 1993; Paraná, Lei Estadual 12.095, 1998; Santa Catarina, Lei Estadual 11.869, 2001, entre outros (NOVAES, 2010). Tais legislações culminam com o reconhecimento da Libras (Lei nº10.436/2002) como língua, nacionalmente, em 2002, finalmente, regulamentada por decreto, em 2005 - decreto 5.626/2005.

Além disso, somente, em 2007, o Brasil assina um documento proposto pela ‘Convenção sobre os direitos da Pessoa com Deficiência’, que ganha o ‘status’ de emenda constitucional. Nele, começam a prevalecer alguns dos direitos sociais alcançados por estes indivíduos na tentativa de garantir “a participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre” (BRASIL, 2009, p.360). Tal documento passa a figurar como emenda à Constituição Nacional e, apesar de tais legislações nem sempre fazerem distinção entre língua e linguagem, isso se resolve na legislação federal que se refere somente à Libras como língua, denominação considerada mais adequada.

Novos caminhos, novos desafios – a pluralidade surda

Ainda são muitos os entraves que os surdos vivenciam em seu cotidiano. Atualmente, há uma atenção maior para os diferentes modos de experienciar a surdez, tentando tornar o conhecimento desses sujeitos mais plural. Assim, tornaram-se mais populares os movimentos feministas surdos, o movimento negro também ganha força, bem como os LGBTs. Temos alguns exemplos dessas questões nos movimentos sociais e artísticos.

⁴ Para um estudo bastante detalhado acerca dos movimentos surdos organizados em prol da oficialização da Libras, ver Bezerra de Brito (2013).



Grupo Corposinalizante. Foto: Divulgação.

Um exemplo que podemos dar é o Slam surdo. Dias (2018) define o Slam como “poesia falada” (DIAS, 2018, p.18), que funciona com uma forma de competição, as chamadas batalhas, na qual há a formação de um júri escolhido aleatoriamente entre os presentes no evento. Ainda segundo a autora, dois critérios são levados em consideração: a poesia e a própria performance. Geralmente, cada apresentação leva em torno de três minutos e não são permitidos adereços cênicos ou figurinos.

Um grupo formado por surdos e ouvintes sinalizadores vem ganhando espaço e reconhecimento no campo do Slam, chama-se “Corposinalizante”. Segundo o site do Museu de Arte Moderna de São Paulo

Corposinalizante é um grupo de trabalho do Museu de Arte Moderna de São Paulo que pesquisa e produz arte, aberto a jovens surdos e ouvintes interessados na língua brasileira de sinais (libras). Considerando a dimensão pública da arte e o constante interesse em inventar formas de comunicação, o grupo desenvolve projetos culturais, documentários, *performances* e intervenções poéticas que dão visibilidade à identidade surda e à cultura dos jovens. (Trecho retirado do site)



Grupo Corposinalizante. Foto: Divulgação.

Dias (2018) acrescenta que o Corposinalizante é o coletivo realizador do Slam do Corpo, o primeiro Slam de Surdos e Ouvintes do Brasil, com poemas em Libras e em Língua Portuguesa. O coletivo ganhou vários prêmios e tem um canal no YouTube que divulga algumas das performances mais populares do grupo. As composições em Libras são bastante imagéticas, o corpo produz imagens por meio da língua de sinais. Diferentemente de outras produções em Libras, o Slam repercute temas que abordam as questões sociais com mais frequência. Há dificuldades próprias dos surdos como também produções que envolvam temas LGBTs e questões raciais.

Assim, finalizamos o texto com duas sugestões de sites para quem deseja saber mais sobre os movimentos surdos, bem como artes e artistas surdos, tanto no Brasil como em vários lugares do mundo. O primeiro é bem abrangente, o “Cultura Surda” (<https://culturasurda.net/>), o segundo é o “Corposinalizante” (<https://mam.org.br/curso/corposinalizante/>), que explora as questões mais específicas do Slam em Libras, bem como seus artistas.



Alessandra Gomes da Silva

Doutoranda no programa de pós-graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade da PUC - Rio. Tem mestrado pelo mesmo programa, com a dissertação "Por uma poética dos sentidos: a literatura no contexto da surdez" (2016). Possui graduação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), bacharelado e licenciatura em Letras (português-francês) e suas respectivas Literaturas. Desde 2006, é professora de Ensino Básico e Educação Tecnológica do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Tem interesse na interseção dos seguintes temas: acessibilidade e diversidade cultural, narrativas audiovisuais, leitura, literatura e surdez.

Referências bibliográficas

BRASIL, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

BRASIL. Lei 6.949 de 25 de agosto de 2009. Brasília, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em 12/5/2014.

BRITO, Fábio Bezerra. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais**. São Paulo, 2013. p. 275 f. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FE/USP, 2013.

FENEIS. A Educação que nós surdos queremos. Documento elaborado no pré-congresso ao V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngüe para Surdos. Porto Alegre/RS: UFRGS, 1999.

GESSER, Audrei. Do patológico ao cultural na surdez: para além de um e de outro ou para uma reflexão crítica dos paradigmas. **Trab. linguist. apl.** [online]. 2008, vol.47, n.1, p. 223-239.

LANNA, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

NOVAES, E. C. **Surdos** – Educação, Direito e Cidadania. Rio de Janeiro: Wak Editora,



Revista África e Africanidades – Ano XII – n. 35, agosto de 2020 – ISSN: 1983-2354
<http://www.africaeaficanidades.com.br>

2010.

SILVA, A. G. **Por uma poética dos sentidos**: a literatura no contexto da surdez. 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SKLIAR, Carlos. Bilinguismo e Biculturalismo: uma análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos. **Revista Brasileira de Educação**, v.8, 1998. (p.44-57)